

# RETRATOS E REGISTROS

## magistério e escolas públicas em Iguaçu (1932)

RESENHA DE

DIAS, A. (2024). *RETRATOS E REGISTROS: MAGISTÉRIO E ESCOLAS PÚBLICAS EM IGUAÇU (1932)*. APPRIS.

Eliana Santos da Silva Laurentino

Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, RJ, Brasil. E-mail: laurentinoeliana@gmail.com.

---

“[...] é dessa extraordinária e dinâmica interação de anônimos segmentos populares que o Carnaval retira sua legitimidade de maior festa popular do Brasil. Pois é criando e recriando novos folguedos e abandonando outros, num acompanhar atento das mudanças na sociedade abrangente, que esses segmentos o sustentam e o mantêm como um complexo vivo e marcante de toda a nossa cultura.”

Lélia Gonzalez (2024, p. 53).

O livro *Retratos e registros: magistério e escolas públicas em Iguaçu (1932)*, de Amália Dias, me fez recordar desta edição de Lélia. Talvez, isso tenha ocorrido pela leitura do Brasil que as imagens mobilizam sobre a sociedade brasileira. Certamente, de acordo com os devidos objetivos e proporções, as duas obras me atravessaram pelo investimento no acervo fotográfico analisado que apresentam, bem como pelo tempo presente das publicações.

A obra de Amália Dias estabelece um diálogo com outros estudos de Lélia Gonzalez, quando enfoca o feminismo negro, por meio das trajetórias de professoras negras e seus significados no campo da História da Educação. A produção de Dias também conversa com as dinâmicas do carnaval de seu tempo ao abordar o enredo da escola de samba Portela de 2024, *Um defeito de cor*, baseado na obra homônima de Ana Maria Gonçalves (2020). Dias ressalta que é o movimento político que inspira a escrita da história. Assim, falar do livro *Retratos e registros: magistério e escolas públicas em Iguaçu (1932)* possibilita um debate sobre a potência de um acervo de fotografias, que foi ganhando alas ao reunir as imagens espalhadas pelos municípios da Baixada Fluminense. Também permite refletir sobre o enredo, que dialoga com biografias ricas sobre a temática, em uma perspectiva da interseccionalidade, culminando com um desfile que tem um chão, Iguaçu, com ênfase no papel dos agentes em um território com ações e reações em disputa.

O livro considera o destaque do município na economia fluminense devido, especialmente, ao cultivo e à exportação da laranja, desde 1910. Evidencia-se que, em “1891, a sede administrativa do município havia sido transferida para a localidade de Maxambomba, que, a partir de 1916, passou a ser chamada de ‘Nova

Iguaçu” (Dias, 2024, p. 33). Nova Iguaçu, até 1943, estava dividida em nove distritos: Nova Iguaçu, Queimados, José Bulhões, São João de Meriti, Bonfim, Xerém, Nilópolis, Caxias e Estrela. A fragmentação ocorreu, então, com a emancipação de novos municípios. Desse modo, a autora destaca que “o extenso território, contudo, era mobilizado por diferentes usos sociais [...]” (Dias, 2024, p. 33). Assim, “a oferta e a manutenção de escolas públicas era manejada por normas e interesses políticos” (Dias, 2024, p. 33).

Amália Dias, historiadora, educadora e portelense, é, atualmente, diretora da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ). Ela nos apresenta esta produção como um desdobramento de sua tese, *Entre laranjas e letras: processo de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*, resultado de sua pesquisa de doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF). A tese foi publicada em 2014, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), e trouxe ao público um avanço historiográfico importante sobre os processos de escolarização em terras do Recôncavo da Guanabara, com destaque para os impactos e as ações do local nas articulações e nos usos dos passados instrumentalizados no projeto ruralista do estado do Rio de Janeiro em um discurso progressista.

Dias desenvolveu e potencializou pesquisas sobre os processos de escolarização na região, especialmente a partir da criação do Grupo de Estudos da História da Educação Local (EHELO) na própria FEBF. Em 2023, organizou, com Angélica Borges, vice-líder do grupo, o livro *História da Educação do Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense*, obra que reúne trabalhos de 30 autores.

As pesquisas e produções têm caminhado, como lembra a autora, com os debates teóricos do campo da História, bem como com os avanços metodológicos. Assim, o conjunto de fotos da Coleção Arruda Negreiros ficou conhecido pelos pesquisadores da Baixada Fluminense como resultado da encomenda do prefeito Arruda Negreiros, no contexto das comemorações do centenário da Vila de Iguaçu. As imagens fizeram parte do trabalho de pesquisa durante o doutorado de Dias (2008-2012) e possibilitaram um debate sobre as práticas de registros como símbolos de “modernidade”, além de indicarem a presença de crianças e professoras negras nos espaços escolares, o que viabilizou uma reflexão com a historiografia sobre o perfil populacional na região. No entanto, ela reafirmou que permanecia o indicativo e o desafio de realizar maiores investimentos em pesquisas sobre trajetórias individuais. Esse aspecto se concretizou por meio de diálogos com diversas referências bibliográficas e reflexões contemporâneas.

No campo da História da Educação, durante certo tempo, os debates historiográficos reduziram as perspectivas legais para estudos sobre a participação da população negra em ambientes escolares. Penso que o livro *Retratos e registros: magistério e escolas públicas em Iguaçu (1932)*, de Amália Dias, por meio de fotografias e do cruzamento de muitas fontes, revela o potencial atual do campo da

história da historiografia em reconhecer mais uma virada: a que identifica o significado da presença de diferentes corpos e sua atuação em muitos espaços de saber, “num acompanhar atento das mudanças na sociedade abrangente” (Gonzalez, 2024, p. 53). Além disso, como a autora chama a atenção: “a historicidade do debate sobre raça e cor no Brasil, assim como a pluralidade de nomenclaturas para os ‘não brancos’ que compareciam nas fontes, alargaram as temáticas de pesquisa” (Dias, 2024, p. 59).

Cabe retomar a epígrafe de Lélia Gonzalez, a qual diz que a presença dos populares no Carnaval permite o dinamismo e, portanto, revela a complexidade da vida. Esse trecho sobre o significado do Carnaval consta no livro *Festas populares no Brasil*, cuja primeira edição foi lançada em 1987, e que, de acordo com informações da edição atual, durante as demandas daquele período, não promoveu uma circulação nas livrarias. Lélia Gonzalez é uma intelectual brasileira, referência nos estudos de gênero, raça e classe. Em 2024, a obra ganhou uma nova edição. Tanto na primeira quanto na atual, consta um volume significativo de fotos, e vale o destaque da nota da edição de 2024:

se a ideia de apresentar um vistoso volume de fotos se manteve entre as duas edições, para esta, no entanto, desde o início, o intento de dar o devido destaque ao texto e à autoria de Lélia pautou cada uma das decisões editoriais. Afinal, nada mais avesso ao pensamento dela que reduzir festejos populares brasileiros a um catálogo de particularidades exóticas... (Gonzalez, 2024 p. 16).

A edição de Dias tem esse cuidado, de “dar o devido destaque ao texto”. Ela conseguiu reunir, no livro, 76 fotografias de escolas em Iguaçu. Imagens que estavam em posse de pesquisadores de diferentes municípios da Baixada Fluminense e que foram emprestadas para digitalização. Dessa forma, o esforço e o “interesse em reunir e tornar público, num suporte material de acesso, o conjunto até agora conhecido dessas fotografias de escolas” (Dias, 2024, p. 14) faz desse livro um novo álbum de fotografias, ou seja, o livro é um novo acervo que, por meio da interlocução com outras fontes, oferta uma análise densa com quadros, tabelas e revela que “as fontes iconográficas são recursos muito importantes para os estudos sobre a questão racial na historiografia da educação” (Dias, 2024, p. 58). Assim, ao dialogar com uma produção bibliográfica que avançou na leitura da presença negra nas escolas, desde o período da escravidão, ela também mobiliza uma reflexão interseccional, na relação de raça, gênero e classe.

Dias (2024, p. 13) questiona: “a escola está na foto?”. Isso nos provoca a pensar sobre a presença das classes populares nas escolas públicas, bem como sobre “as tensões entre acesso, permanência e exclusão da maior parte da população da Baixada Fluminense dos bancos escolares” (Dias, 2024, p. 21). Ao operar com as fotografias, a autora destaca os avanços dos recursos metodológicos, tais como a

Hemeroteca da Biblioteca Nacional, para a identificação das trajetórias das professoras mencionadas nas fotografias, bem como um registro esperançoso de maiores investimentos, na Baixada Fluminense, em arquivos públicos. Isso também faz do livro uma referência da luta pelo direito à memória e à história na região.

Assim, se ainda não temos as fotos reunidas em um arquivo público para consulta, se não sabemos como era sua organização, sua disposição e a possível capa do álbum ou algo mais, podemos dizer que o resultado da análise da autora nos proporciona um novo acervo, um livro/álbum com uma edição belíssima. Ela não se restringe a apresentar e agrupar as fotos, mas apresenta uma análise intensa e a potência de trabalhos com as fotografias, que revelam “instantes do processo dinâmico de institucionalização das escolas” (Dias, 2024, p. 94) e a possibilidade de um olhar criterioso para os diferentes usos sociais do território.

O livro de Dias está organizado em três capítulos, que apresentam como a escrita da História, mesmo que dinâmica e viva, nem sempre se dedicou aos “segmentos populares”, menos ainda em reconhecer o papel de interação e atuação desses grupos para a produção de conhecimento. Pelo contrário, mesmo diante de várias viradas no campo, sejam metodológicas, linguísticas, epistemológicas, a produção de conhecimento sobre diferentes segmentos da sociedade sofreu, e ainda sofre, limites de análise, de reconhecimento e de valorização diante dos muitos contextos de exclusão na sociedade brasileira, também expressos no campo da História da Educação.

No primeiro capítulo, “Lugar de escolas: o território como posição de análise”, é apresentado o percurso teórico e metodológico da autora que inscreve o município de Iguazu como um lugar social, considerado não como mero cenário, mas como operação epistemológica. Dessa forma, nos ensina que adotar o território como posição de análise é importante para a própria compreensão dos usos do local ao longo tempo, visto que era algo considerado, desde o século XIX, na criação das escolas, já que “os processos de oferta ou não, acesso e permanência (ou não) à educação escolar têm correlação com os usos do território e com os projetos de ocupação de sua população” (Dias, 2024, p. 20). Com isso, a autora destaca a relevância da historiografia da educação para a compreensão dos usos políticos e da construção do território que, a partir da relação entre gênero, raça e classe social, possibilita refletir sobre a presença da população negra nas escolas primárias públicas. Com a historiografia sobre a ocupação da Baixada Fluminense, a partir do século XVIII, apresenta uma leitura do crescimento populacional e do acesso à instrução em Iguazu, por meio do perfil racial identificado nas fotografias. Desse modo, em uma perspectiva de longa duração, evidencia como a historiografia da educação local oferta leituras sobre a permanência dos processos de escolarização do Recôncavo da Guanabara.

No capítulo “O acesso e a permanência nas escolas públicas primárias”, é apresentado o debate sobre o investimento no município de Iguazu no processo de escolarização. Mesmo que muitas imagens revelem um quantitativo significativo de alunos, a análise extrapola a temática do acesso e discute as tensões de permanência e exclusão que atravessam a educação formal. Assim, essas imagens possibilitam o reconhecimento do crescimento populacional ocorrido em Iguazu, em 1930, e, no diálogo com os mapas de frequência escolar, é observado como as matrículas se concentram na primeira série do ensino. A existência de um único grupo escolar que ofertava o primário completo, com as cinco séries do ensino, em 1932, demonstra como a progressão dos estudantes era reduzida. Nesse sentido, o capítulo contribui significativamente para o debate historiográfico sobre o acesso das classes populares – incluindo a população negra – ao universo escolar, ao abordar a relação entre acesso e permanência, algo que mobiliza reflexões sobre as marcas das desigualdades na longa duração.

No último capítulo, “Lugares e trajetórias do magistério”, são abordadas as trajetórias profissionais de 15 docentes. Ao trabalhar na perspectiva de escala, o estudo possibilitou a leitura dos impactos das políticas públicas fluminenses, que indicavam que, após a formação na Escola Normal, as docentes eram nomeadas para as escolas. Suas trajetórias, atravessadas pelas relações familiares e pelos percursos na carreira do magistério, como admissão, licenças, transferências e gratificações, revelam as agências das professoras, em uma perspectiva interseccional, e os impactos para a existência e manutenção das próprias escolas. O capítulo possibilita, ainda, identificar os limites de acesso à própria documentação, considerando que, por meio da Hemeroteca, foi possível identificar as professoras nas escolas estaduais. No entanto, a dificuldade de acesso aos registros das professoras nas escolas municipais revela a falta de investimento local, a qual limita a identificação e a leitura das demais trajetórias.

O livro *Retratos e registros: magistério e escolas públicas em Iguazu (1932)*, ao apresentar reflexões significativas sobre o papel das mulheres negras no magistério público e sobre o acesso e a permanência nos espaços escolares da população negra, é uma contribuição significativa para os historiadores e para todos os interessados na formação da sociedade brasileira. Além disso, destaca-se o posicionamento reafirmado pela autora acerca da importância da disponibilização de acervos. É fundamental que haja cuidado no armazenamento, no tratamento e um compromisso com o “dever de memória”. Essas práticas são caminhos que possibilitam o aprofundamento dos estudos, considerando o Local como uma posição de análise. Assim, segue o movimento político, atento e vivo.

## REFERÊNCIAS

Dias, A., & Borges, A. (Orgs.). (2023). História da educação do Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense (405 p.). Appris Editora.

Gonçalves, A. M. (2020). Um defeito de cor (23. ed., 952 p.). Record.

Gonzalez, L. (2024). Festas populares no Brasil (176 p.). Boitempo.

---

### ELIANA SANTOS DA SILVA LAURENTINO:

Professora adjunta da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - FEBF-UERJ. Doutora em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação (PPGECC-UERJ). Bacharel e licenciada em História pela PUC-RJ. Membro do grupo de pesquisa Estudos de História da Educação Local (EHELO-UERJ) e Vice-líder do Grupo de Pesquisa e Extensão Cultural a A Cor da Baixada (UERJ/FEBF).

**E-mail:** laurentinoeliana@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3742-1525>

**Recebido em:** 20.01.2025

**Aprovado em:** 26.03.2025

**Publicado em:** 29.04.2025

### EDITOR-ASSOCIADO RESPONSÁVEL:

Raquel Discini de Campos (UFU)

E-mail: raqueldiscini@uol.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-5031-3054>

### COMO CITAR ESTA RESENHA:

Laurentino, E. S. S. (2025). Retratos e registros: magistério e escolas públicas em Iguazu (1932). *Revista Brasileira de História da Educação*, 25. DOI:

<http://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e366>

### FINANCIAMENTO:

A RBHE conta com apoio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Programa Editorial (Chamada Nº 30/2023) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

### LICENCIAMENTO:

Esta resenha é publicada na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).